

EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.ser.ufupr.br/rcc.

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Consequentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

Para o ano de 2015, a revista apresenta algumas mudanças em sua governança. Foi instituída a figura do editor adjunto, a cargo do professor doutor Lauro Brito de Almeida, com o intuito de agilizar e aprimorar o processo de revisão e avaliação dos artigos. Também foi definida uma alternância na função de revisão de normalização e de língua portuguesa, com a troca da revisora Daiana Braguetto Martins pela revisora Viviane Theiss, para o biênio 2015 – 2016.

Neste número, são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como controle gerencial, gestão de custos, contabilidade pública, contabilidade financeira, risco, dentre

outras, com autores das mais diversas instituições brasileiras, bem como um trabalho de autoria espanhola.

No primeiro trabalho, Leo Raifur e Almir Ferreira de Sousa investigaram a influência dos indicadores econômico-financeiros de curto prazo sobre o valor da empresa. Foram utilizadas as técnicas de análise fatorial e regressão de dados em painel. De 27 indicadores inicialmente selecionados, 11 foram utilizados na análise fatorial, de onde resultaram quatro fatores: Liquidez e Capital de Giro (LCG); Atividade (ATV); Desempenho (DSP), e; Financiamento (FNC). A regressão em painel com efeitos fixos mostrou que LCG e DSP apresentam impacto significativo no valor da empresa, concluindo-se que estes exercem influência nos fluxos de caixa livre da empresa e/ou no seu custo de capital. Por outro lado os fatores relacionados às atividades (ATV) e as fontes de financiamento (FNC) não apresentaram coeficientes estatisticamente significativos.

No segundo texto, Bruno Rodrigues Faria e Hudson Fernandes Amaral analisaram se as empresas brasileiras listadas no Ibovespa praticam gerenciamento de resultado na forma de alisamento de lucros e se isso gera reflexos no risco das respectivas ações. Assim, apresentam-se testes baseados na mensuração dos *accruals* que reforçam a hipótese de que essas companhias podem estar manipulando os lucros, objetivando reduzir sua variabilidade ao longo do tempo. No entanto, verifica-se que o efeito do alisamento não é percebido na mensuração do risco, reafirmando as posições de estudos anteriores no mercado brasileiro quando inseridas variáveis de mercado.

Na sequência Sandra Regina Salgueiro Vaz, Sheila Camlot e Josir Simeone Gomes identificaram o impacto da internacionalização sobre os sistemas de controle gerencial (SCG) de duas franqueadoras de alimentação. A metodologia da pesquisa foi qualitativa de natureza exploratória, por meio do método de estudo de caso comparado. O método de coleta utilizado foi o de entrevista semiestruturada para dados primários, e consultivo exploratório para dados secundários. Os resultados obtidos apontam um distanciamento entre conceitos teóricos e empíricos no que tange às características dos SCG projetados pelas empresas, além de constatar que a internacionalização não produziu impacto significativo no que se refere ao *modus operandi* sobre o controle de gestão das unidades que funcionam em outros países.

No quarto artigo, Rafael Tadeu Vieira e José Alonso Borba analisaram o processo de implementação no IASB do IFRS 8 – *Operating Segment*, por meio das cartas comentários enviadas ao *post-implementation review* (PIR). Com o propósito de: (i) identificar os respondentes, classificados em: empresas; associação de analistas financeiros; entidades não

governamentais; empresas de auditoria; corpo de profissional contábil; reguladores; outros e corpo representativo, de acordo com o estudo de Katselas, Birt, Kang (2011); (ii) verificar os relatos da implementação para as empresas. Para alcançar o objetivo, foram acessados os 67 documentos recebidos até novembro de 2012 no PIR - IFRS 8. Contudo, também, acessou-se as 182 cartas encaminhadas ao ED 8 em 2006 a fim de comparar os processos de consultas públicas.

Na sequência, Dusan Schreiber apresenta o caso da empresa BETA, localizada no sul do país, que adotou o modelo de externalização de atividades em P&D visando otimizar a gestão dos custos com inovação de sua carteira de produtos. O caso será analisado reflexivamente para evidenciar os critérios adotados no processo decisório que visa definir a forma de realização das referidas atividades, trazendo para o debate diversos autores tanto de gestão estratégica de custos como de teorias organizacionais.

No sexto artigo, Camilla Soueneta Nascimento Nganga e Edvalda Araújo Leal identificaram os principais fatores que motivam as pequenas empresas adotarem tecnologias de informação, bem como analisar os benefícios percebidos pela utilização do sistema ERP nestas empresas. O universo a ser considerado abrange a totalidade de empresas que utilizam as Soluções de ERP JIVA, que somam em torno de 131 empresas. Foi estruturado um instrumento de coleta de dados, com base nas variáveis apresentadas no estudo de Lunardi, Dolci e Maçada (2010). Os resultados apurados demonstram que identificar as melhorias proporcionadas pela adoção de um sistema ERP poderá influenciar em que seu uso seja explorado com maior intensidade e com melhores resultados para a organização. Ressalta-se que na amostra analisada os principais módulos adotados pelas empresas são: “Comercial”, “Financeiro” e “Fiscal”.

Na sequência, João Luis Peruchena Thomaz, Clovis Antônio Kronbauer, Ernani Ott e José Moreno Rojas identificaram e analisaram o nível de convergência com as normas contábeis do IASB no tratamento contábil do ativo imobilizado e ativos intangíveis em empresas do Mercosul e da Comunidade Andina. Para isso, a mensuração e a divulgação dos ativos, e os ativos intangíveis, em uma amostra de trinta empresas industriais nestes dois blocos econômicos são analisados. A análise permitiu identificar o estado atual de convergência em termos de normas de contabilidade e práticas de ativo imobilizado e intangível dos dois blocos econômicos. Em geral, verificou-se que as práticas são ainda muito heterogêneas em diferentes países. Enquanto em alguns países uma convergência quase total com a norma internacional emitido pelo IASB, esse processo parece distante outra é observado. Também foi observado que a adoção do padrão internacional relacionado com imobilizado e intangível não

significa conformidade e convergência na prática. Finalmente, podemos dizer que ainda há um caminho a percorrer, por isso, nos países do Mercosul e da Comunidade Andina, práticas contábeis relacionadas ao ativo imobilizado e intangível estão completamente harmonizados, convergindo com as regras internacionais de contabilidade aceitos.

No último texto, Luiz Cavalcanti, Raimundo Rodrigues, Rodrigo Prazeres e Juliana Araújo evidenciaram implicações das novas práticas contábeis no processo regulatório da revisão de tarifas dos serviços públicos, na regulação do setor de saneamento em Pernambuco. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários junto à Agência de Regulação de Pernambuco e à Companhia Pernambucana de Saneamento, a fim de esclarecer detalhes do processo contábil e regulatório, bem como para determinar e validar a seleção das alterações estudadas e os resultados obtidos. Observou-se que as normas regulatórias existentes para o caso estudado não são adequados à atualização da legislação societária brasileira, as atuais alterações da Lei n.º 6.404/76, os pronunciamentos, interpretações e as Demonstrações de orientação técnica. Assim, não representam necessariamente uma barreira para mudanças corporativas, à falta de regulamentação ou inadequação ou assimetria poderia trazer pouca clareza das demonstrações financeiras para fins regulatórios e possíveis impactos sobre os valores estabelecidos para a revisão das tarifas cobradas para a sociedade.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

Editor